

75º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CT-Bio

Aos dias 16 de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas e doze minutos no Quality Hotel Aeroporto Vitória localizado na Av. Adalberto Simão Nader, 605 - Mata da Praia, Vitória, teve início a **75º Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio,** instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

1. Informações Gerais:	
Pauta	Discussão
a. Aprovação da ata da 74ª Reunião Ordinária da CT- Bio:	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade — CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo a participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Ana Laura de Castro Aragão (SEPLAG), Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Cataryna Morais (EY), Fernanda Souza Sá (Fundação Renova), Jade Huguenin Rios (Fundação Renova), Janaína Aguiar (IEF), Jane Célia Ferreira de Oliveira (Fundação Renova), José Carlos de Carvalho (Fundação Renova), Junio Augusto Dos Santos Silva (IBAMA), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Leticia De Morais (Fundação Renova), Marco Nonaka (EY), Melina Fernanda Leite Barreto (IEF), Mirna Castro Folco (Fundação Renova), Roberto Coelho Diniz Lopes de Sousa (IEF) e Thales Altoé (IEMA). Posteriormente, a coordenação colocou a ata 74ª Reunião Ordinária da CT-Bio em votação.
Aprovação:	A ata da 74º Reunião Ordinária da CT-Bio foi aprovada sem objeção dos membros e será publicada no site do CIF/Ibama.
b. Discussão sobre a importância da participação presencial dos membros ou suplentes nas reuniões da CT-Bio:	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade — CT-Bio, relatou que durante reunião preparatória veio a necessidade de reforçar a importância de participação de todos os membros. O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que tem percebido a dificuldade na participação de alguns membros na reunião presencial e que isso tem feito falta para as discussões na CT-Bio. Considerou importante que os membros se esforcem para estar presencialmente nas reuniões ordinárias, visto que há muito ganho nas trocas de informação presenciais.
	A Sra. Jóice Miranda, representante dos atingidos de Aracruz, solicitou que as quantidades de vagas sejam esclarecidas para que mais pessoas possam participar. O Sr. Eduardo Perini considerou que os atingidos estão sempre bem representados e que a deficiência na participação que foi especificamente pontuada é a de membros e técnicos da CT-Bio. O Sr. Frederico Martins informou que a coordenação reforçará a necessidade de participação dos membros titulares e suplentes e informou que as reuniões híbridas seguirão para os casos de pessoas que não puderem participar presencialmente e que incentivará a participação presencial. Houve esclarecimento que a participação do titular e suplente geralmente acontecem de acordo com a pauta, mas que é possível a participação dos dois mediante alinhamento e aprovação da coordenação.
c. Fluxo orientador para tomadas de decisão no sistema:	O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, informou que tem acontecido algumas discrepâncias no tratamento e encaminhamento, por parte das equipes técnicas, de algumas demandas da CT-Bioque são equivalentes em conteúdo e significância e reforçou a necessidade de que todas as tomadas de decisão importantes a mais de um ente sejam trazidas para discussão e definição de encaminhamento. Sugeriu a definição de um fluxo para facilitar o que deve ou não passar pela plenária da CT-Bio, sem a intenção de burocratizar e sim esclarecer todo o fluxo existente para que decisões importantes não sejam tomadas unilateralmente, nem decisões mais simples ocupem a pauta da CT.



		O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, concordou que o IEMA coordene essa comissão para criação do fluxo orientador e sugeriu que a comissão seja composta por mais membros. Houve definição da comissão.
End	caminhamento 75.1:	O IEMA irá coordenar uma comissão para construção do fluxo orientador para tomadas de decisão do sistema, com particição da Sra. Rhayrane (Prefeitura de Aracruz), Sra. Juliana (SEAMA), Sra. Paula (Prefeitura de Linhares), Sra. Liceliana (representante dos atingidos de Aracruz), Sra. Janaina (IEF) e Sr. João Thomé (ICMBio).
d.	Continuidade dos estudos da FEST-Rede Rio Doce Mar, através da UFES dentro do Território Quilombola de Degredo e Manifestação sobre o documento de premissas para continuidade do PMBA:	O Sr. Paolo Damiani, representante da ATI ASPERQD, apresentou manifestação de interesse da continuidade dos estudos da FEST-Rede Rio Doce Mar, através da UFES, dentro do Território Quilombola de Degredo e proferiu leitura do ofício elaborado pela ATI ASPERQD para a CT-Bio com a solicitação de continuidade. Relatou preocupação devido aos rumores de que uma terceirizada está sendo contratada pela Fundação Renova para dar andamento no monitoramento da biota aquática e informou que a comunidade confia muito no trabalho executado pela UFES. Apresentou abaixo assinado com a solicitação de continuidade do monitoramento pela FEST. A Sra. Jóice Miranda, representante dos atingidos de Aracruz, considerou muito importante a iniciativa de Degredo, declarou apoio a solicitação apresentada e pediu que o ofício fosse estendido ao território de Aracruz.
		O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, parabenizou a mobilização da comunidade atingida e contextualizou o ponto de pauta referente a manifestação sobre o documento de premissas para continuidade do PMBA, informando que o CIF estabelece uma obrigação de estudos de monitoramento e que, naquele momento, havia a intenção de entender se houve impacto e que os estados se mobilizaram para realizar o monitoramento. Relatou que no caso do Espírito Santo a UFES assumiu o monitoramento e que de conforme o acordo firmado através do TTAC, esse monitoramento seria realizado por 5 anos, prazo que se encerraria no começo de 2024, o que seria a conclusão da primeira etapa. Considerou que há um consenso de todos os envolvidos quanto a necessidade da continuidade do monitoramento e relatou brevemente todo o histórico do tema. Informou ainda que a CT-Bio já está em tratativa com a Fundação Renova para dar continuidade e que foi elaborado um documento com premissas para esse novo monitoramento ou para a continuidade dele.
		O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, lembrou que essa discussão é um dos temas pautados dentro da repactuação, onde o monitoramento seria continuado sob competência dos órgãos ambientais. O Sr. Frederico Martins esclareceu que na repactuação há um mudança de responsabilidades, tendo as empresas a obrigação de pagar e aos órgãos públicos a obrigação de fazer e sugeriu que até que a repactuação realmente aconteça, as discussões dentro da CT-Bio sigam normalmente, sem levar com consideração o cenário da repactuação. A Sra. Jóice Miranda relatou preocupação com o tema repactuação e relatou que caso aconteça, o governo receberá o recurso sem fazer nada pelos territórios atingidos. A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que ao se falar da continuidade do monitoramento, é preciso lembrar que é necessário seguir o que está no TTAC, e na definição da Cl. 165 que seria realizar o monitoramento por 5 anos. Relatou que a
		partir disso, e considerando a necessidade da continuidade do monitoramento, o que extrapola e altera os prazos anteriormente definidos, seria preciso uma repactuação extraordinária do TTAC.
		O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, considerou que o TTAC cita esse prazo de 5 anos, mas que também prevê a necessidade de alterações e relatou que mais uma vez a Fundação Renova tenta o rompimento do monitoramento com a instituições públicas e que a informação sempre chega por meios não oficiais e não diretamente para a CT-Bio. Questionou se há um movimento da Fundação Renova contratando empresas para o monitoramento em 2024 e, em resposta, a Sra. Laila Medeiros informou que não há nenhuma contratação em



andamento para continuidade do PMBA e que essa continuidade está sendo discutida conforme os termos que estão sendo alinhados entre Fundação e CT-Bio. Considerou que esses ruídos devem estar ocorrendo ainda pela contratação da empresa que não recebeu autorização para coleta há bastante tempo e reforçou que atualmente não existe nenhuma contratação em andamento.

O Sr. Frederico Martins agradeceu e considerou que tanto a CT-Bio ao chamar de "continuidade do monitoramento" e tanto a Fundação Renova ao chamar de "novo monitoramento" estão corretos, mas que é necessário que o monitoramento siga o mesmo escopo metodológico e que uma deliberação seria suficiente sem necessidade de repactuação do TTAC. Posteriormente, proferiu leitura do documento de premissas, com alinhamento de alguns pontos e colocou o documento em votação, sem prejuízo para ajustes aos textos. Houve aprovação, sem objeção dos presentes.

A Sra. Laila Medeiros sugeriu que seja feita uma reunião para alinhamento dos pontos de dúvida que surgirem para que o processo seja mais célere.

A Sra. Janaína Aguiar, representante do IEF, adiantou a discussão do metilmercúrio questionando a possibilidades do PMBA, quando prorrogado, contemplar também a porção mineira incluindo os pontos a mais que precisam ser investigados. O Sr. Frederico Martins informou que no documento de premissa não será detalhado qual parâmetro vai ser incluído e por isso não será citado o metilmercúrio mas que será englobada a abrangência.

Encaminhamento 75.2:

Será agendada reunião entre FR e CT-Bio para discussão das premissas após análise das sugestões da CT-Bio pelas empresas.

2. Cláusula 165:

Pauta

 a. Análise da revisão do Plano de Trabalho para inclusão e avaliação do metilmercúrio no PMBA em atendimento à Deliberação CIF nº 666/2023:

Discussão

A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, informou que foi realizada a análise do plano de trabalho que apresenta somente a parte do Espírito Santo e relatou que ponto foi trazido para alinhamento com a Câmara Técnica sobre qual seria o encaminhamento, considerando que o posicionamento inicial seria de aprovar parcialmente o plano de trabalho, porque aprovaria a porção do Espírito Santo com as ressalvas e aguardaria a entrega da parte de Minas Gerais.

O Sr. Roberto Coelho Diniz, representante do IEF, informou que desde a primeira discussão sobre o plano de trabalho o IEF vem fazendo contato com a Fundação Renova sobre o que seria feito para porção mineira. Relatou que foi feito contato com uma das 5 linhas temáticas da FAPEMIG para ver a possibilidade de implementação do metilmercúrio, onde foi identificado algumas inviabilidades técnicas e que devido a falta de consenso, a discussão seria feita junto com os demais membros da CT-Bio. Relatou algumas sugestões para solução, sendo: novo desenho amostral, onde se colocaria todos os parâmetros dentro de um único projeto ou uma coleta à parte através da Deliberação CIF nº 361/2019, que cita que em caso da FAPEMIG possuir lacunas amostrais, seria possível a contratação para suprir. A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, reforçou que a intenção é embasar melhor os dados relativos a presença do metilmercúrio dentro do rio Doce na parte dulcícola.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, relatou que ao receber a Deliberação CIF nº 666/2023, foi iniciado um alinhamento com as partes para tentar entender como incluir esse parâmetro dentro das 2 realidades dos monitoramentos, que são executados tanto na porção capixaba quanto na mineira. Informou que com isso ficou claro que o formato atual do monitoramento no Espírito Santo e região costeira marinha, permitia a inclusão do parâmetro, visto que já tinha uma base histórica deste elemento que possui uma malha amostral abrangente e também uma aderência dos pesquisadores a simplesmente incluir esse item. Relatou ainda que na porção mineira não tem essa realidade, visto que cada projeto já



tem um objetivo muito específico para atender e não tem representatividade de malha amostral e nem frequência adequada e também passa por algumas deficiências do ponto de vista técnico, para poder incluir esse item e por isso foi identificado que é inviável incluir o metilmercúrio nas análises do território mineiro, no formato que existe hoje.

Esclareceu que uma alternativa, que já foi sugerida, é que minimamente os pontos mineiros, que são atendidos pelo PMBA, também incluiriam essa análise, mas com uma limitação bem pequena da região próxima à divisa dos 2 estados.

Informou ainda que na proposta de incluir um novo projeto no contexto não seria só incluir esse parâmetro, considerando que só incluir esse parâmetro numa malha amostral abrangente não traz nenhuma possibilidade de discussão e inferência sobre esses resultados e que seria necessário, minimamente, um projeto mais estruturado, que faça outras análises para ter toda possibilidade de discussão sobre o impacto do metilmercúrio no ambiente e afirmou que não é tão simplista, sendo necessário fazer uma pergunta a construir uma hipótese, construir uma malha amostral, ver quais parâmetros que precisam ser coletados junto com a análise de metilmercúrio. Reforçou que o caminho para incluir esse parâmento não é curto e que por isso, não é possível incluir no plano de trabalho ao tempo que a CT-Bio deseja uma proposta coerente e que trará valor dos dados para discussão.

A Sra. Larissa Simões considerou que o caminho menos difícil seria realmente a FEST fazer, considerando os 3 pontos mineiros já existentes mas diante da complexidade apresentada pela Fundação Renova, seria necessário pensar em uma solução. Relatou preocupação, visto que a Deliberação CIF nº 666/2023 dava 90 dias para a Fundação Renova apresentar um plano de trabalho elaborado em conjunto com a CT-Bio, o que está atrasado e por isso sugeriu que seja feita uma aprovação com ressalvas da versão que a Fundação Renova entregou, descrevendo que a ressalva se deu pela necessidade de definição para a parte mineira.

O Sr. Frederico Martins concordou e propôs como encaminhamento que a CT-Bio elaborare um ofício de aprovação do plano de trabalho com ressalvas, garantindo a discussão mais aprofundada para solucionar a análise de metilmercúrio em MG. A Sra. Janaina Aguiar sugeriu que durante as discussões de aprofundamento, sejam convidados os representantes da CTBio, da FEST e pesquisadores.

Após solicitação da representante de atingidos de Aracruz, de inclusão da CT-Saúde nessas discussões, o Sr. Frederico Martins explicou que os dados da CT-Bio estão disponíveis para análise e conclusões e esclareceu que incluir análises para identificação de contaminação de comunidades foge do escopo da CT-Bio e do trabalho exercido pela biodiversidade da Fundação Renova. O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, esclareceu que a metodologia dos estudos feitos dentro da CT-Bio é direcionada para o foco ambiental e que os resultados desse estudos podem servir de gatilho para análise de outras Câmaras Técnicas. Houve debate sobre encaminhamento com definição de aprovação com ressalvas.

O Sr. Márcio Lazarini, representante dos atingidos de rio Doce, relatou que chegou ao seu conhecimento que a FAPEMIG está realizando pesquisas no rio Doce. O Sr. Roberto Coelho Diniz informou que o estudo citado está sendo feito pela linha 2 e esclareceu que ao final do ano será realizada um apresentação geral dos resultados dos estudos. Houve definição de encaminhamento.

Encaminhamento 75.3:

A CT-Bio elaborará um ofício de aprovação do plano de trabalho com ressalvas, garantindo uma reunião setorial para discussão mais aprofundada para solucionar a análise de metilmercúrio em MG.

Encaminhamento 75.4:

A CT-Bio convidará a linha 2 da FAPEMIG para apresentação do estudo na CT-Bio, em atendimento a solicitação do Sr. Márcio Lazarini.

Repasse do acompanhamento de campo do PMBA na Bahia (ecotoxicologia) e

O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, informou que de 5 a 7 de julho de 2023 foi realizado o acompanhamento de campo do PMBA em Caravelas/BA nas proximidades do arquipélogo de Abrolhos. Apresentou detalhes que foram identificados durante a vistoria, apresentando registros fotográficos das áreas e procedimentos. Houve comentários sobre a importância das vistorias, incentivando os demais técnicos da CT-Bio para participarem.



no ES (Ilhas Itatiaia - gripe aviária):

O Sr. Hermes Daros, representante do IEMA, também relatou suas vistorias, realizadas nos dias 14 de junho, 18 de julho e 15 de agosto de 2023 referentes à demografia de aves dentro do PMBA e realizadas nas Ilhas Itatiaia no estado do Espírito Santo. Esclareceu como o acompanhamento tem sido realizado, principalmente, por conta da gripe aviária que atingiu as populações de aves do estado do ES. Relatou que as áreas estão restritas e foi necessário autorização da prefeitura para acessá-las durante toda temporada reprodutiva das aves. Apresentou também detalhes que foram identificados durante a vistoria, apresentando registros fotográficos das áreas, dos filhotes e procedimentos.

3. Cláusula 182:

Pauta

a. Atualização e encaminhamentos para a continuidade do compromisso de Consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182 do TTAC (ICMBio e Fundação Renova):

Discussão

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade — CT-Bio, informou que para estruturação do Refúgio de Vida Silvestre de de Santa Cruz foi realizado um acordo de coorperação entre Fundação Renova e ICMBio para essa consolidação. Relatou que esse acordo tinha previsão orçamentária executada parcialmente e que não foi executado totalmente o recurso previsto por vários motivos, mas que é necessário que esse compromisso seja renovado e considerou que após esse primeiro ciclo, houve um levantamento o que possibilita propor um acordo melhor para a própria unidade.

O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBIO, fez breve contextualização do Cl. 182 e apresentou o histórico relacionado ao tema. Citou como principais avanços dessa primeira fase a aquisição de bens e equipamentos, a disponibilização de técnicos especializados, secretária, serviços gerais, a contratação de serviços: internet, disponibilização de embarcação, o início de serviços para reforma de estrutura para o NGI em Santa Cruz e o apoio para elaboração do Plano de Manejo e relatou a necessidade de continuidade do compromisso, detalhando os itens que seriam incluídos.

Relatou ainda que durante as discussões para celebração de um novo acordo, viu-se a necessidade de inclusão de um novo ator para organização do recurso, sendo ele o FUNBIO. Informou que a celebração do acordo, incluiria a manutenção de contratos vigentes (em processo de contratação) no ACT atual, a previsão de investimentos para implementação do Plano de Manejo e a garantia de suporte operacional (incluindo aquisições e obras previstas e não executadas no ACT atual) com o valor de R\$ 24.750.000,00. Informou que o planejamento, estruturação e aporte de recursos em Mecanismo Financeiro seria feito com aplicação de aporte de verba que garanta rendimento e manutenção do "status de consolidação" e que está em construção com FUNBIO: agrupamento dos planejamentos PM em "indiciadores de consolidação tradicionais", identificação do que é investimento ou custo corrente e dinâmica de execução visando sustentabilidade financeira com previsão de R\$ 40.000.000,00. Posteriormente, apresentou o custo por indicador elaborado pelo FUNBIO e considerou que houve avanço no plano de manejo com os conceitos da consolidação estabelecidos e considerando a necessidade de cumprimento da cláusula, chegou-se a métrica desses 40 milhões e reforçou que a proposta para os próximos 5 anos seria o acordo de cooperação entre as 3 partes e depois eles poderiam se diversificar.

O Sr. Frederico Martins solicitou manifestação da Fundação Renova e considerou que como o investimento é de uma cláusula compensatória, seria necessário levar o ponto para aprovação do CIF.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, considerou que a proposta foi apresentada pelo próprio ICMBIO como alternativa para dar continuidade do compromisso de consolidação. Relatou que a alternativa anterior conseguiu avançar em cerca de 20% do que foi planejado, com as justificativas conhecidas mas muitas delas não se aplicam mais, como a própria pandemia e considerou que a alternativa que está sendo apresentada parece muito bem estruturada, que traz um mecanismo de sustentabilidade financeira que a



	proposta anterior não tinha e que ela atende todos os objetivos que a deliberação trouxe sobre o conceito de consolidação à luz do TTAC. Relatou ser intusiasta da alternativa e considerou que essa proposta terá uma permeabilidade fácil dentro da Fundação Renova para aprovação. Questionou o valor solicitando de 40 milhões, considerando que já estavam aprovados 13 milhões e ponderou que esse será um questionamento do CIF. O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, relatou felicidade em acompanhar a apresentação e considerou que esse processo é importantíssimo para modernizar a gestão das unidades de conservação no Brasil. O Sr. Frederico Martins considerou que quando o fundo estiver operacional o compromisso da Fundação Renova estará concluído e o FUNBIO e o ICMBio poderão trabalhar na área da unidade. Posteriormente, colocou a proposta em aprovação.
Aprovação:	A proposta de continuidade do compromisso de Consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182 do TTAC (ICMBio e Fundação Renova) foi aprovada pelos membros, sem objeções.
Encaminhamento 75.5:	A CT-Bio, na pessoa do Sr. Fernando Repinaldo, elaborará Nota Técnica e minuta de Deliberação para envio ao CIF a respeito da proposta de continuidade do compromisso de Consolidação do REVIS de Santa Cruz, conforme Cláusula 182 do TTAC (ICMBio e Fundação Renova) foi aprovada pelos membros, sem objeções. Prazo: fim de agosto.
 Cancelamento da oficina do Plano de Ação da APA Costa das algas e do refúgio de Santa Cruz: 	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade — CT-Bio, relatou que recebeu questionamentos sobre o cancelamento da oficina do Plano de Ação e solicitou que a Fundação Renova fizesse uma explicação breve do que houve com a oficina e esclarecesse se a CT-Bio deverá se preocupar com os prazos ou se há alguma preocupação a mais sobre os planos de ação relacionados às avaliações de impacto nas unidades.
	A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que realizou reunião com os senhores Fernando e Roberto para dar um esclarecimento um pouco mais direto, sobre o cancelamento, lamentou o cancelamento e a intempestividade que isso ocorreu (2 dias antes da oficina) e relatou que era uma oficina virtual, o que não significa que as pessoas não tiveram prejuízos, visto que elas tinham reserva de agenda para fazer essa atividade e estudaram um documento que foi entregue previamente. Informou que recebeu a orientação de fazer um alinhamento melhor dos resultados que haviam sido entregues no final do ano passado para avaliação de impacto nessa região e esclareceu que a Fundação Renova é extremamente provocada a promover uma integração das informações e dos estudos.
	Informou ainda que hoje o manejo de rejeitos está avançando bastante, com a compreensão do trecho 17 para produzir o plano de manejo de rejeito dessa área. Esclareceu que o trecho 17 é a zona costeira e marinha e diretamente é sobreposto a essa região, das unidades de conservação que estavam sendo discutidas e por isso foi colocado como uma necessidade de atualização das informações que estavam ali. Afirmou que isso impacta sim as outras unidades de conservação costeiras e marinhas também e por isso há a necessidade de revisão dessas informações de atualização, o que já está sendo encaminhado pela FBDS na matriz de impactos que está sendo produzida para o PAI, sendo tudo interligado gerando um impacto em cadeia.
	Relatou também que foi enviado um <i>e-mail</i> para todos os participantes da oficina com a descrição de todos os pontos que levaram ao cancelamento e informou que a Fundação Renova trabalha agora na conclusão da matriz de impactos, que será enviada à CT-Bio, para a discussão tanto do escopo do novo monitoramento, quanto a definição das ações do PAI, além de replanejar essa discussão junto ao plano de ação da APA e do REVIS, visto que esse compromisso está no TTAC e não pode ser negado.
	Após questionamentos, a Sra. Laila Medeiros explicou que a decisão de cancelamento foi uma decisão institucional que é baseada em informações técnicas para evitar uma defasagem nos



encaminhamentos da oficina e considerou que houve um prejuízo claro em ter é interrompido essa reunião, mas que o prejuízo poderia ser maior, se tivessem aprovado as ações e depois elas fossem negadas assim como propostas.

O Sr. Roberto Sforza, representante do ICMBio, destacou que essa interrupção não impacta só o plano de ação para o refúgio mas tudo da cláusula 181, ou seja, as avaliações de impacto e plano de ação ainda não concluídas estão impactadas e questionou se há um cronograma novo. A Sra. Laila Medeiros informou que a perspectiva é continuar concluindo tudo isso ainda em 2023 e afirmou que Comboios e PERD estão numa região que não houve alteração dessas compreensões e demonstrou preocupação em como seriam antecipadas as ações do PERD, visto que há um plano de ação aprovado há mais de 1 ano, sem início dessas atividades e considerou que seria importante encontrar uma solução para acelerar esse processo. Houve definição de encaminhamentos.

O Sr. Antonio de Pádua, representante do ICMBio, relatou que está responsável pela Nota Técnica sobre o Plano de Ação de Comboios e solicitou reunião setorial para alinhamento com membros.

O Sr. Thalés Altoé, representante do IEMA e coordenador da CT-GRSA, questionou como atual mapeamento do trecho 17 poderia influir, influenciar ou travar a atual pauta referente aos planos de ações das APA's e afins. A Sra. Laila Medeiros informou que o plano de ação de reparação é baseado nos impactos identificados para a região e relatou que tinha, até o momento, planejado para avaliação de impacto dentro das unidades de conservação o trabalho com dados secundários e com os estudos disponíveis para tirar conclusões a respeito do evento, ou seja, um grande levantamento bibliográfico de tudo que existia até o momento e relatou que com a evolução que o manejo trouxe para a compreensão da distribuição desse sedimento na região costeira e marinha, por exemplo, o que havia eram trabalho de modelagem e com o andamento dos trabalhos foi feito coleta para definição da distribuição, o que precisa ser considerado.

O Sr. Thalés Altoé considerou a decisão um pouco prematura, visto que esse é um dos possíveis danos que pode ser especificado no estado atual, sendo que a condição vem melhorando e afirmou que é um dos vetores de danos apenas e que existem vários outros aplicáveis a essa área e que a especificação de distribuição espacial de um dos vetores não eliminaria todos os outros.

A Sra. Laila Medeiros relatou que a avaliação de impacto prevê a classificação de alguns impactos como prováveis e reais, além da base de dados que ele utilizou para tomar aquela decisão e informou que danos passados, segundo o novo estudo, não cita a permanência da pluma nessa região, o que não será revisto. Ponderou que os impactos potenciais que já podem ser descartados ou confirmados pela presença desse material, nos estudos que o manejo trouxe, é uma informação extremamente relevante para que as ações de reparação sejam desenhadas e aplicadas. Afirmou que qualquer alteração na possibilidade de classificação desses impactos é extremamente relevante para o planejamento da execução do plano de ação em si, ou seja, qualquer informação que confirme a deposição desse rejeito e possa reclassificar esses impactos, precisa ser feita. Houve amplo dabate sobre a deposição de rejeitos.

O Sr. Frederico Martins considerou que partir de uma grande tragédia espera-se por alguma transformação da realidade, quando se olha para as unidades de conservação e para a biodiversidade e que para cláusula 181, apesar do longo tempo, houve um grande avanço e sugeriu que para plano de ação do Refúgio e da APA Costa das Algas seja feita uma Nota Técnica aprovando o plano da forma como ele está. Ponderou que a CT-Bio não foi questionada antes sobre a desmarcação da oficina e que o estrago já está feito e que para minimizar esse dano é necessário agir garantindo o cronograma.

Encaminhamento 75.6:

A CT-Bio pautará na próxima reunião a atualização e a definição de um novo cronograma e até uma estratégia/pendências para andamento célere da Cl. 181.



Encaminhamento 75.7:	A Fundação Renova, assim que tiver elementos suficientes sobre o PERD, solicitará data para reunião extraordinária.
Encaminhamento 75.8:	A CT-Bio, na pessoa do Sr. Antônio de Pádua, agendará reunião setorial para discussão do plano de ação de Comboios.
4. Cláusula 165:	
Pauta	Discussão

c. Informe O Sr. Antônio de Pádua, representante do ICMBio, relatou que a Fundação Renova está sobre elaborando um vídeo sobre o seminário ciência cidadã e informou que representou o ICMBio Seminário ciência no evento que aconteceu nos dias 19 à 24 de junho na bacia do rio Doce, com uma cidadã: programação dispersa em diferentes localidades, sendo: Colatina, Linhares e Governandor Valadares. Relatou ainda que o encontro foi muito interessante com muito enriquecimento profissional e que aproveitou para conhecer o PERD. A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, solicitou oportunidade para apresentação do vídeo na próxima reunião ordinária e relatou que será trazido informações do que foi feito até agora e os próximos passos para esse projeto. Após questionamento sobre a Mona do Rio Piranga, a Sra. Andressa Gatti, representante da Fundação Renova, informou que a Mona do Rio Piranga está em fase de consolidação, sendo uma Mona Municipal de Ponte Nova, Minas Gerais e está incluída no grupo 1 e sendo uma das unidades de conservação da área de abrangência do plano de ação para a conservação da biodiversidade terrestre. d. Apresentação de uma A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que a data proposta seria nova previsão de data 7, 8 e 9 de novembro, que encaixa com o cronograma para definição das avaliações de impacto e novo escopo do do monitoramento. Houve debate para definição da data da reunião para 3ª oficina do PAI ordinária prevista para novembro/23. A data foi aprovada como indicativo. Fundação Renova: O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade e. Discussão da CT-Bio, reforçou a importância na organização dos grupos de análise do relatório do PMBA, metodologia е considerando a realização do seminário de apresentação e considerando que esse é o organização dos grupos penúltimo relatório desse ciclo. e coordenadores para análise do 4º Relatório O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, relatou que alguns técnicos não puderam continuar auxiliando nas análises e que por isso o grupo de análise está sendo recomposto. A anual do PMBA: Sra. Karina Nunes, representante do ICMBio, apresentou detalhes do fluxo de análise e informou que a divisão do relatório foi alterado, sendo dividido agora por ambientes dulcícola, costeiro e marinho e apresentou também a divisão do corpo técnico. Houve debate para definição de alguns nomes para o corpo técnico.

5. Cláusula 168:	
Pauta	Discussão
a. Repasse da vistoria do PMBT:	O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que essa última vistoria, realizada no período de seca, foi uma vistoria complementar às demais realizadas nas campanhas chuvosas. Informou que foram vistoriados 5 pontos e apresentou a caracterização de cada um deles. Apresentou também o registro fotográfico dos pontos e foram feitos comentários sobre melhorias já sugeridas para o processo de análise. Todos os pontos comentados já haviam sido inseridos no relatório de campo e entregues à Fundação Renova,
 Apresentação do status de execução das ações do Plano de Ação para 	A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, apresentou o histórico relacionado ao Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre e os principais objetivos. Detalhou o <i>status</i> das ações do PABT e o planejamento da execução.



Conservação da Biodiversidade Terrestre:	A Sra. Andressa Gatti, representante da Fundação Renova, considerou que houve grande avanço no andamento das ações do PABT e apresentou as contratações e parceriais feitas com diferentes instituições. Posteriormente, apresentou detalhes das ações (a apresentação está disponível na íntegra para consulta de eventuais interessados).
	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, parabenizou a apresentação e considerou o resultado do plano de ação muito produtivo.
	A Sra. Janaina Aguiar, representante do IEF, parabenizou a apresentação e considerou que estão sendo colhidos bons frutos a partir do plano de ação com um bom avanço. A Sra. Andressa Gatti informou que trará novidades a medida que os editais foram andando.
	Ao final da reunião, o Sr. Frederico Martins solicitou apresentação semelhante para o Plano de Ação do PABA, como encaminhamento.
Encaminhamento 75.9:	A Fundação Renova apresentará o <i>status</i> de execução das ações do plano de ação do PABA, em momento oportuno.

	Procedimento de Avaliação Individual (PAI) do PG039 - ciclo 04 – EY:
Pauta	Discussão
Discussão:	A Sra. Cataryna Morais, representante da Ernst & Young (EY), apresentou o procedimento de Avaliação Individual (PAI) realizado para acompanhamento do PG039, referente ao ciclo 4 realizou uma breve contextualização sobre o trabalho da EY, as etapas do fluxo de acompanhamento dos programas e os objetivos do PAI. Posteriormente, apresentou objetivo do PG-39 e detalhes do procedimento realizado (a apresentação está disponível na íntegra consulta de eventuais interessados).
	O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade CT-Bio agradeceu a apresentação e solicitou que a medida que surgirem avanços, que ele sejam apresentados para a CT-Bio.
	Após questionamento sobre o andamento do processo de criação da APA, o Sr. Antônio o Pádua, representante do ICMBio, informou que foram realizadas as consultas públicas e Linhares e Aracruz e que os ritos legais estão cumpridos. Relatou que nas 2 consultas pública ficou evidente a necessidade e a demanda por diversos segmentos da sociedade, em realiza mais conversas e mais informações e afirmou que o ICMBio está disponível para diálogo af que todas as dúvidas sejam sanadas.
	Posteriormente, houve um alinhamento quanto a data da 76ª Reunião Ordinária da CT-Bissendo alterada para os dias 4 e 5 de setembro, em Belo Horizonte/MG.
	O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, ressaltou que é muito animador quand percebe-se o trabalho se materializar nos programas, ver os programas acontecendo, ver resultados aparecendo mesmo em meio a dificuldades existentes.

Às 18 horas do dia 16 de agosto de 2023, o Sr. Frederico Drumond Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.



		CIFO Comità interfedentes es e convidados -	ntivo BI	ÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA ODIVERSIDADE - CT-BIO/CIF a da Câmara de Conservação da Biodiv	ersidade - CT-Bio
ta: 16 de rário: 9h	agosto de 2023				
	ity Hotel Aeroporto Vitória - Av. Adalberto Si	mão Nader, 605 - Mata	a da Praia, Vitória.		
Nº DE ORDEM	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL DE CONTATO	ASSINATURA
1	Loici Genedita des Sontes lom	comuses at pray	21.998065012	la sessoire 2009 Dhotmas com	Dlopfu).
2	Tose porles La zarin	THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN COLUMN TW	E03/94/5/1623	Imortialogotin & gmail com	A/V
3	Elicuname Offerioni	Reference bace	10X 31 99939 0411	Roediguia araruzos gos bo	700
4	ANTONIO DE PARUA ALMOIDA	1CMP310	29.999841097	ANTONIOSERA-MUNTINO RABIO. WX &	TA
5	ZOBERTOSFORZA	ICUBIO	27.959441789	2020-10-SFORM@ICUBO 60 430	35
6	FERNONDO P.M. REPINDEDO FILID	ICHBIO	27. 99580. 8287	FERNANDO. REPINALDO @ICHAIO GOV.BR	Sugge Ry Republic 20
7	Paulo Llurgo Gama	PM-Linhaus	27-99246-7744	Paulo gauro a lutario en costo	· (Pa)
8	ADAS CARLOS THOME	10MB is Tram	27.998971508	LOAD THOME @ 1 Cups GOIKE	ATA .
9	JOHELLOMA de S. Jesus	mento co Bo	27.99959-3073	Sucham 20 6 hamal an be	AN AN
10	PATRICIA C. HENRIGAN	IEMA -ES	2436362523	PATRICK HEM DIOM @JEM	£5.600 BR
11	LARISSA NOVAS SIMOS BUEND	Jerma - ES	27 3636-2523	larissa. simor Diema . s. jour Re	
12	Hermes be / Sportitho	IEMA/ES	27 3636 2523	hermes. danos diems. es. gov. bh	H11/1/2 .
13	Emano Sons Ferins	IEMA/ES	273636 2523	Eavano perindiems. Es gar. be	
14	Fredin Metus	tembo		Neg .	He -
15	Susano Barbinato	IEMA/ES	27 36362523	juliano barbiratopioma os so br	03:
16	Kacina nunes des Santos	ICMBIO/TAMAR	(ZY)99605-3603	Karina. Sam los. Tercei Rizada @ i Lubio	Kaxing
17	dails & Pamper Medinos		(31) 98413-7744	LAILA . MEDCIROS OFUNDAGADRENOVA. ORG. BR	NA

ta: 16 de	e agosto de 2023	os e convidados -	75 Reumao Ordinaria	a da Câmara de Conservação da Biodivers	idade - CT-BIO
orário: 9h					
	ality Hotel Aeroporto Vitória - Av. Adalberto Si	mão Nader, 605 - Mata	a da Praia, Vitória.		
Nº DE ORDEM	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL DE CONTATO	ASSINATURA
18	andresa Gotte	F. Renova	27 99646-0498	ardressa. notti D fundolar revene org	AQ.
19	Juliana O. Lima	F. Renova	31-98461-7546	juliana lima@fundacaounovoorg	Lieluna
20	Eliza Mendes	Fund. Renoug		elize Mendre Operations make	De
21	Domiou Paolo Comos Rocha	ATI ASPERDO	27 997 16 2900	domiani @ aspergd. org. bri	2060
22	Marcos da Didzo Costo	COD	97998186742	more Compras a complian	
23	lais R marians	Flacro	31 99918 - 3768	mmco. Comáras @ gmd.com othio. cif@ronkis.gov.br	abou
24	Sub ana Playado Valay	SEAMA ES	27998457961	jul aus. valory Oseamo es goubi	Jugo O
25	Gustavo Almada	IBAMA-ES	27 99257 1236	gustavo, almada libama, gov. br	10
26	N # 0 0 00.	E 17	21 090/12 1127	J #1	mar on